



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 05 DE NOVEMBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Declaro abertos os trabalhos da 28ª audiência pública do ano de 2014. Essa audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, diariamente, desde o dia 04 de novembro; nos jornais: Diário de São Paulo, dia 1/11 de 2014, Folha de São Paulo e no dia 04/11 de 2014. Informo que a reunião está sendo transmitida pela internet, no portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Passemos aos itens da pauta. Em 1ª audiência pública PL 621/13 e em segunda audiência pública PL 438/11.

Está presente Sra. Lúcia Sales França Pinto, Superintendente do Serviço Funerário.

Suspendo a audiência pública por alguns minutos.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Nabil Bonduki.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Bom dia a todos! Vamos dar início a audiência pública dos PLs que estão relacionados com o Serviço Funerário: PL 621/13, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, relator Dalton Silvano, que acrescenta parágrafo ao Art. 28, da Lei 8383, para estabelecer limite mínimo de recurso a ser utilizado na restauração de cemitérios públicos municipais e dá outras providências e o PL 438/11, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, relator Nelo Rodolfo.

Convido a Sra. Lúcia Sales, Superintendente do Serviço Funerário. Consulto se há algum assessor aqui do nobre Vereador Aurélio Miguel? (Pausa) Está presente o nobre Vereador Roberto Tripoli.

Passo a palavra a Sra. Lúcia Sales.

A SRA. LÚCIA SALES – Bom dia a todos. Tenho o prazer de estar aqui mais uma vez, na Câmara. Toda vez que eu fui convidada, Vereador, estive aqui já por seis vezes.

Desde que assumi, dia 14 de janeiro, então, em menos de dez meses, acredito que é uma média boa. Todas as vezes que fui convidada, tive o maior prazer em comparecer para

esclarecer o que estamos fazendo lá, que, inclusive, é meu dever, ou seja, quanto mais tornar público as coisas que estamos tentando fazer lá, melhor.

Como todos sabem, ali, é uma autarquia que presta um serviço público essencial e de interesse local. Pela Constituição, é de interesse local, óbvio, já determinado, competência municipal, onde nós vamos depositar os falecidos, os entes queridos, e é o que acontece no Município, por isso mesmo, tem de ser um interesse local.

Pegamos a autarquia que tem o monopólio desse serviço, como monopólio é em inúmeras cidades de São Paulo, bem como pelo Brasil afora. Então, aqui, também, em Santo André, em São Bernardo do Campo, no entorno, só para dizer algumas.

Nós temos, por isso mesmo, a ideia firme de que é um serviço público, porque, na hora do falecimento do ente querido, o corpo não pode virar mercadoria. É muito triste imaginar que, nesse momento, ainda por cima, seja objeto de lucro e disputa o corpo do ente querido.

Por isso, estamos firmes nessa vereda. E não estamos sozinhos. O Supremo Tribunal Federal já decidiu, por mais de uma vez, que o serviço funerário pode ser, e deve, sim – não motivo de comércio – motivo de retirar do comércio, exatamente pela cultura e pelo momento delicado que isso representa.

Então é nesse sentido e nesse viés que eu tenho de falar sobre os dois projetos.

Estamos fazendo um trabalho no serviço funerário de reerguimento. Infelizmente, durante os últimos 9 anos, houve um sucateamento de uma máquina. E esse é o terceiro ano que, em seguida, somos deficitários.

É o único caso na economia mundial de monopólio deficitário, parece.

E não existe monopólio deficitário. O que fizeram foi que deixaram sucatear. Não reinvestiram na qualidade do serviços e, agora, o estamos fazendo, firmes, ombreados com os funcionários, que também estavam muito tristes.

O serviço funerário já foi exemplo e, hoje, encontramos funcionários – assim que entrei – e que estão chateados por um sucateamento que, durante muitos anos, ocorreu ali,

deliberadamente, com interesses inconfessáveis, talvez privatizantes, mas, enfim, agora estamos ombreados de colocar, na luta, o serviço funerário de pé e, assim, o estamos fazendo, cada vez mais.

Tivemos, agora, dia 2 de novembro, o nosso Natal. É que Finados é nosso Natal. Foi excelente, pudemos receber mais de 2 milhões de municípes em todas as necrópoles.

E como temos feito? Fizemos atividades, inclusive, culturais. Cemitério não é tétrico, não é fúnebre. É parque de memória. E memória é o que temos de mais vivo nas nossas mentes e corações. Portanto, cemitério é vida.

Estamos firmes nessa ideia de enfrentar, inclusive, a mística que envolve a palavra 'morte' e tornar o cemitério espaços de cidadania. O que a cidadania não ocupa, infelizmente, não existe vácuo numa cidade como São Paulo. E sabemos disso.

Quando ocupamos de forma cidadã o espaço, com certeza, ali só acontecem boas coisas. É um espaço de reflexão, é um espaço de boas memórias, é um espaço de vida, muita vida. Temos os parques de memória, que são os cemitérios históricos e temos os parques mesmo de jardins, que são os cemitérios parques jardins e vamos ocupá-los cada vez mais, homenageando nossos entes queridos.

Não é uma coisa para ser apartada do tecido urbano, ao contrário, é para ser usada. Então, inclusive, neste domingo tivemos novamente a apresentação do coral paulistano, coral do Theatro Municipal, uma parceria com a Secretaria da Cultura no cemitério da Consolação, na capela do Ramos de Azevedo, que lá está enterrado o mesmo Ramos de Azevedo que construiu o Theatro Municipal. E foi belíssimo, o Maestro Martinho Lutero, piano; o pianista Roberto Freire foi fantástico, composições nacionais, inclusive, eruditas e o maestro Martinho Lutero levou um coral de oito vozes e foi lindíssimo, quem viu, viveu. É uma receptividade muito boa nisso aí.

Passando aos PLs e estando clara à disposição para falar, não vamos falar de tudo o que estamos fazendo, o que é importante é esse norte, botar o serviço funerário para fazer

um serviço de qualidade cada vez melhor a um preço justo acolhedor, tratamento humanizado é o nosso primeiro e nós vamos chegar aqui. Pegamos um passivo difícil e estamos ombreados junto com os funcionários e vamos fazer uma sopa quente, mas vamos chegar no meio e fazer um serviço exemplar, está certo.

O primeiro PL que estamos analisando, um reserva uma verba do nosso fundo de melhoria especificamente e prevê 50% do nosso fundo de melhoria para melhorias de cemitérios. Como eu disse faz três anos que o sistema é deficitário, então, não tem fundo de melhoria para poder ter reinvestimento. Estamos fazendo e remando exatamente para botar de pé e voltamos a ter superávit.

Agora, onde vai ser colocado esse dinheiro é obvio que é reinvestimento da própria autarquia e melhoria de serviços e não há de ser 50% por lei, sempre nos cemitérios. Às vezes é em agências, às vezes, em informática, peguei o serviço funerário com 21 sistemas de informática que não conversavam entre si, em DOS, que é aquela telinha verde piscando.

Isso é uma coisa discricionária, a coisa do Executivo, onde vai fazer e obviamente passa pela Câmara já passa quando discutimos o Orçamento e o Plano Plurianual. Então, seria um engessamento, uma obrigatoriedade de fazer o que talvez só quem está no dia a dia é quem sabe qual são as prioridades não eventual superávit, que o superávit só existe, não é lucro, é só para reinvestimento, infelizmente, durante muitos anos não foi usado superávit para reinvestimento, foi usado apenas para manutenção, os preços não foram corrigidos e com isso o superávit foi sendo comido e hoje não existe superávit no serviço funerário, já há três anos é um déficit. Então, é isso que eu teria a considerar do PL. Engessa a autarquia e onde vai ser feito esse investimento já é discutido todo ano aqui na Câmara Municipal no Orçamento, que se aprovado será firmemente executado.

O outro PL tira uma série de competência do serviço funeral e aí descaracteriza por completo o monopólio. Retira da competência do serviço funeral proceder a escrituração dos cemitérios em livros próprios, que seria inacreditável, é algo público a escrituração dos nossos

mortos, não tenho nem como fazer isso. Eu deixaria de fornecer caixões mortuários, de instalar e manter velórios, de transportar os mortos, de conceder as sepulturas, bem como ossários e relicários. Isso, realmente não tem como, não é nem projeto de privatização, aí nos impede de atuarmos.

Se bem que muda e diz que perde a exclusividade, assim que muda o *caput*, mas, na verdade, temos de ver é que permanece conosco o gratuito, pelo próprio projeto de lei. Então seria aquilo que percebemos, ou seja, a privatização dos lucros e a socialização das perdas.

Exatamente o que mantém o sistema é o sistema solidário, são os pagos, em preços muito módicos. Ao contrário do que diz aqui a justificativa, que coloca que eu posso ir devagarzinho. A justificativa fala exatamente: “São Paulo, ao contrário dos demais municípios, é um monopólio.” Não é isso, não é em exceção à regra nacional, pelo contrário, é a regra, inclusive feita pelo Supremo Tribunal Federal, já decida mais de uma vez.

Retira, então, por aí, cada uma dessas justificativas fala que: “...deve manter o Município a prestação de serviço gratuito.”. Como? Se é um sistema solidário, exatamente os pagos servem - como todo bom Estado democrático de amparo social - para amparar o gratuito e o social, que é subsidiado, são justamente os pagos que fazem isso.

Então não tem como prosperar.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Lúcia. É um tema bastante polêmico, temos vários projetos que tramitam na Câmara e vários Vereadores discutem a questão.

Vou passar primeiro para o João Batista, do Sindicato dos Servidores Municipais.

Registro a presença do Vereador Police Neto, já havia chegado no início, não registrei a sua presença.

Quem quiser se inscrever, faça-o agora. Em seguida vou perguntar aos Vereadores se querem fazer algum comentário.

O SR. JOÃO BATISTA – Bom dia Vereador Nabil, demais Vereadores, Tripoli, Police; companheiros do Serviço Funerário e demais presentes. Na verdade, já realizamos uma audiência como esta, sobre o mesmo tema. Primeiro eu lamento, porque o próprio autor do projeto penso que não esteve presente na outra e nem nesta. Para que possamos debater efetivamente o projeto.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Permite um aparte na sua fala?

SR. JOÃO BATISTA - Pois não.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Lembro que o Vereador Aurélio Miguel teve um enfarte, só para registro. Ele foi hospitalizado recentemente.

SR. JOÃO BATISTA - Está justificado. Perfeito. Retiro o lamento, porque, neste caso, é um problema de saúde.

A grande questão é essa, um projeto que tramita desde 2013, na verdade já tivemos oportunidade de discuti-lo, apresentamos a opinião por parte do Sindicato que, de fato, em especial quando retira a competência do Serviço Funerário, na verdade ele busca tirar as competências e consequentemente tirar aquilo que é essencial, que é a prestação de serviços, tanto o fornecimento de urnas, administração dos cemitérios, transporte de corpos e assim por diante. Nós achamos o contrário, Vereador Nabil. Achamos que na verdade temos que reforçar o serviço funerário. O serviço funerário tem que ser reforçado. Tirar competência significa deixar o serviço funerário fraco e nós não queremos isso, como a superintendente já explicou. Durante anos tivemos um problema de fato de enfraquecimento do serviço funerário. Nós queremos o seu fortalecimento, que seria reafirmar o serviço funerário como um serviço público essencial e também fortalecê-lo, tanto do ponto de vista orçamentário, quanto também do ponto de vista da máquina pública.

Temos discutido bastante com o serviço funerário sobre a necessidade da realização de concurso público para várias categorias. O quadro de assistentes de gestão de políticas públicas, se formos analisar, está completamente defasado. Houve um concurso há

três anos para motoristas e sepultadores e já foram chamados todos os trabalhadores. Evidentemente há uma necessidade e é uma questão que nós levantamos.

Então, do ponto de vista do Sindsep, do sindicato e dos trabalhadores que estão aqui e participam, tanto do dia a dia da luta sindical, mas também da construção do serviço funerário, achamos que esse projeto não tem que prosperar. Na verdade, é um projeto que enfraquece e tira do Poder Público as suas competências e assim evidentemente não temos um serviço público de qualidade fortalecida. Podemos ter problemas, como a própria superintendente menciona, mas isso só vai ser resolvido se tivermos de fato o fortalecimento do serviço funerário.

Então, eu acho, eu não sei, hoje estamos numa audiência pública, evidentemente o projeto pode continuar tramitando, mas chamava a atenção dos Srs. Vereadores para que fosse rejeitado da forma como está colocado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, João. Queria perguntar primeiramente ao Vereador José Police Neto, membro da Comissão e a seguir ao Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Eu aguardo, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Serei bastante sintético, Sr. Presidente. Acho que esse é um debate que a Cidade deve fazer. É importante a manifestação do sindicato, porque aponta a necessária estruturação necessária, segundo o que anunciou a superintendente.

Fico – vou dizer assim – feliz com o entusiasmo da superintendente, mostrando uma disposição vigorosa para realizar uma transformação absolutamente necessária. Mas, eu não posso não ser sincero com a superintendente, porque já vi seis ou sete superintendentes com a mesma emoção no começo e ao final nada aconteceu.

Portanto, quero aqui manifestar alegria pelo vigor mostrado por ela, mas também dizer que outros superintendentes, em reuniões muito parecidas como esta, manifestaram o

mesmo e depois de um ano, um ano e pouco o resultado continuava sendo o mesmo com os avanços possíveis. E esses avanços foram muito mais no âmbito do esforço pessoal dos superintendentes e dos funcionários. Ainda não enxerguei no Executivo e, portanto, numa decisão de Governo, realizar algum investimento que torne diferente essa realidade.

É verdade que o momento mais doloroso que uma família pode passar nada deve ser mercadoria. Mas, nós não devemos abdicar da capacidade que a livre iniciativa tem de ajudar também. Caso contrário, o Sistema Único de Saúde jamais reconheceria a atividade de deixar vivas as pessoas e, portanto, tão importante quanto o momento da passagem e o momento que não permite a passagem.

Nós já encontramos regras inteligentes que muitas vezes carecem de fiscalização mais efetiva, mas regras inteligentes para aproveitar toda a capacidade intelectual e toda a capacidade que a livre iniciativa tem para oferecer.

Então, saio desta audiência pública com uma convicção: a Superintendente, como diz, ombreada dos servidores, está disposta a fazer uma grande transformação. Portanto, acredito que dessa disposição, deve, também, se abrir ao diálogo de como a livre iniciativa pode e deve ajudar.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Vereador Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Bom dia, Presidente; bom dia, representantes da Funerária e todos os presentes. Nós temos, aqui no auditório, pessoas que conhecem a Funerária há mais tempo do que eu, e que já estiveram aqui presentes em outras audiências públicas sobre a Funerária.

Eu vou repetir o mesmo que falei há, quem sabe, quatro anos ou há 30 anos: na linha do Police Neto, a Funerária, quem sabe é um câncer dentro do Governo Municipal. Digo isso por causa de todos os fatos que a gente acompanha há mais de 30 anos. É corrupção; é roubo de porta de túmulos; só um grupo pode trabalhar lá dentro.

Eu cito como exemplo - e o senhor se lembra disso, porque já falei outras vezes: quando meu falecido pai foi enterrado aqui na Cardeal Arcoverde, o túmulo dele tinha uma

porta de ferro que foi roubada. Até ai, se formos na Funerária, veremos que continuam roubando as portas. O nome do meu pai estava em dourado no túmulo, e estava sujo. Eu pedi para limparem. Encostou um funcionário em mim e disse: “Nós fazemos o polimento para você”. Muito bem: quanto custa? Trezentos reais para fazerem o polimento. Falei: é um absurdo. Vou pegar alguém de fora ou eu mesmo faço isso. “Não, não. Só as empresas que são registradas aqui dentro que podem fazer”. Falei: então, me mostre a lei, dizendo que sou obrigado a usar vocês, porque, como Parlamentar, vou tomar as providências. “Não, não, doutor, espere um pouquinho que já limpo rapidinho”. Então, os urubus que ficam urdindo na carniça, porque quando se perde um ente querido, você está numa situação emocional muito forte.

Fui comprar um caixão, não faz muito tempo, daí o meu Chefe de Gabinete escolheu o caixão, daí um que estava digitando disse: “Vocês precisam escolher as flores”, sem nos olhar. Eu olhei as flores e disse: não preciso de flores. “Não, mas esse caixão precisa acompanhar as flores”. Eu, deixando rolar, porque não sou de dar carteirada. Eu faço como um cidadão qualquer e, de repente, eu me apresento. Disse: desculpe-me, como Parlamentar, eu nunca ouvi falar que sou obrigado a comprar flores. “Oh, doutor, não precisa; foi uma falha do funcionário”. Esse é o cotidiano na Funerária.

Na última vez em que falei isso, recebi vários e-mails de pessoas relatando vários casos de desvio, de corrupção. Lá é um lugar que, quando as pessoas adentram no cemitério com um ente querido, um parente, um amigo falecido, pagam o que for, quando as pessoas aproveitam.

Então, eu acho que, de fato, o Police Neto falou muito bem: a atual Superintendente tem muita vontade de realizar – não sei quanto tempo está na Casa -, mas se um dia eu fosse Prefeito de São Paulo pensaria em terceirizar esse trabalho.

Acho que o projeto do Vereador Aurélio Nomura, no segundo item, onde ele coloca uma possibilidade, eu acho que seria a melhor solução. Conheço o fato de muita gente já ter sido presa na Funerária; são muitas denúncias que continuam vindo para a Câmara Municipal.

Acho que a Funerária é o pior órgão que existe dentro da organização do Município de São Paulo.

Eu só queria deixar esse relato. E vou continuar batalhando. Não só como Vereador, mas como Deputado Estadual eleito também, para ver se se resolve essa questão, porque é triste quando se fala em funerária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Vereador Tripoli.

Passo a palavra para a Lúcia para que ela nos responda essas questões.

Só vou relatar o seguinte: ontem, tive uma rápida conversa com o Vereador Ricardo Nunes, que nos abriu esta audiência pública, a quem agradeço, e ele falou: “O serviço funerário está zerado de orçamento da fonte 00, que é o orçamento municipal, do qual ele é o Relator”. Ele disse que precisávamos colocar algum recurso no Serviço Funerário para podermos, pelo menos, começar a mexermos com a questão.

Eu acho que o Vereador Police e o Vereador Tripoli levantaram questões reais, que acontecem. Também já vi vários Superintendentes entusiasmados. E já estive com a Lúcia, inclusive, fazendo uma visita no Serviço Funerário. Vi um grande entusiasmo na equipe, mas com uma quantidade de dificuldades enorme.

Acho que o Serviço Funerário é um órgão importante. Acho que é importante que seja definido um plano do Governo e não, um plano do Superintendente, porque ele tem uma certa dificuldade. Sabemos, também, que os preços praticados no Serviço Funerário são muito mais baixos feitos por funerárias privadas de fora do Município – eu queria até que você falasse um pouquinho, Lúcia, sobre isso.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – O senhor me permite um aparte, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Nós tivemos denúncias trazidas pelo Vereador Aurélio Miguel, no sentido de que não tinham caixões aqui, e a Superintendência estaria comprando caixões no interior de São Paulo por um valor maior do que o de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu vou pedir para ela esclarecer.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Eu acho, Presidente, sinceramente, que cabe uma audiência pública sobre o Serviço Funerário na Câmara Municipal, não a respeito de um projeto de lei. Começa às 9h e vai até 13h, com um debate amplo, com pessoas que têm experiência de muitos anos na área. Sobre isso cabe uma discussão muito maior do que

apenas discutir um projeto de lei, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Eu acho uma excelente sugestão. Mas, então, quero passar para Lúcia responder essas questões, deixando claro que é isso: acho que temos que ter um plano mesmo. Para termos um plano, é necessário que haja uma audiência longa e, hoje, a audiência se refere a dois projetos, um pouco apertada em função da CPI da Sabesp que começará daqui a pouquinho.

Lúcia, então, suas palavras sobre as questões que foram levantadas e suas palavras finais.

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – Então, em primeiro lugar, as colocações do Vereador Police Neto.

Eu sou, há 27 anos, gestora pública e aceitei o desafio do Serviço Funerário porque já coloquei muita coisa de pé. E tenho uma característica que, talvez, outros Superintendentes não tenham: eu sou mulher. (Palmas) A primeira mulher Superintendente do Serviço Funerário. Essa é uma característica, viu, Vereador, porque a gente tem o olhar em leque, um olhar de cuidado, um olhar que tece os tecidos sociais. Uma mulher sabe como está sua vizinha, a sogra, quem está fazendo aniversário. É ela quem vai tecendo os tecidos sociais. Então, talvez, faltasse um olhar de cuidado, porque o Serviço Funerário é complexo e precisa ter um olhar em leque. Sabidamente, um olhar masculino é bem profundo. Porém, focado em um foco - isso é um estudo -; o, da mulher perpassa um leque e, por isso, se chama olhar em leque, então, quem sabe...

Outra: aceitei o desafio feito a convite do Secretário Simão Pedro, Deputado licenciado, em sua terceira legislatura da Assembleia Legislativa. Sou funcionária efetiva de lá também. Vim acompanhá-lo porque já trabalhei no Executivo, tanto do Município de São Paulo quanto do Estado de São Paulo. Tenho experiência administrativa, e ele é um homem muito correto e sério. Ao me fazer esse convite, junto com o Prefeito Haddad, obviamente que não é

o projeto de uma pessoa ou de um Superintendente, mas há o apoio, sim, isso eu posso falar, e sobre o que o Vereador Tripoli falou, junto com a Controladoria e a Corregedoria. Eu não estou sozinha no Serviço Funerário. Já falei isso várias vezes, inclusive, aos funcionários. Eles sabem disto: que nós estamos ombreados para consertar, inclusive, isso.

Segundo: nesse desafio de aceitar, tenho o apoio, se o Vereador não sabe, o Serviço Funerário é um serviço público – eu acredito: essencialmente público; e não estou sozinha nisso. É o Supremo Tribunal Federal que fala, a nossa Corte maior – que nem um grande motor que deixaram morrer, está certo? Ele tem um motor de arranque. Se a gente, através da verba 00, botarmos um pouquinho de gasolina nesse motor de arranque, ele vai voltar, com toda potencialidade de um milhão de cavalos, a produzir – como já foi o Serviço Funerário. Então, esse é um serviço público que poderá ser excelentemente prestado. E o interesse na iniciativa privada não é à toa. Há porque é um mercado certo. A morte é certa, e a hora é incerta. Não assim que nossos avós falavam?

Então, é um lugar que acho de extremo acolhimento. É um lugar que o Estado que a gente defende – democrático de bem estar social – é para ser exemplar mesmo.

Na semana passada ou retrasada, começaram a se pagar a doação de órgão – essa é outra coisa que o serviço público pode fazer e que é muito bacana. O doador de órgãos é conhecido pelos Municípios de São Paulo recebendo o seu funeral de graça. Isso o Município, obviamente, por ser um subsídio legal, deve repassar ao Serviço Funerário, e não o fazia há mais de 9 anos.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Sr. Presidente, se o senhor me permite, temos dois minutos para abrirmos a próxima reunião. E, só para registrar, corrupção existe entre mulheres e homens, com todo ser humano. Quer dizer, não é porque a senhora é uma mulher que não pode ter corrupção. Espero vê-la não só aqui como na Assembleia também.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – Então, é isso. E a gente acredita,

firmente, que está no caminho certo. Esses projetos desmancham um caminho de saúde pública e de Estado de bem estar social que pretendemos continuar e fazer de uma forma cada vez melhor.

Agradecendo a oportunidade de estar aqui.

Obrigado, Lúcia.

Realmente, vamos precisar fazer aqui – já quero deixar o convite, sem data marcada – uma audiência pública mais geral sobre o Serviço Funerário, para que a senhora tenha a oportunidade de não só expor o que está fazendo como, também, para os Vereadores poderem debater, e a gente aprofundar essa questão.

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – Já temos o planejamento estratégico feito, o Plano Funeral, inclusive, já foi entregue à Sempla, tanto o de 2015 quanto o de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Então, vamos convocar uma audiência pública para apresentar o plano estratégico e para debatermos numa oportunidade com mais tempo e mais profundidade.

Obrigado.

A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Não havendo mais nada a ser tratado. Dou por encerrada a audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.